

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

INFORMAÇÃO Nº 9633 - TRE-MA/PR/SESEI

	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS			
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	Planejamento da Contratação	Página 01		
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de vigilância nos diversos prédios da justiça Eleitoral do Maranhão.				
UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Segurança Institucional e Inteligência - SESEI				
RESPONSÁVEL (s) PELA DEMANDA: Raimundo Nonato Cardoso				

	RISCO 1		
Descrição do Risco:	Causa: 1. Selecionar servidor/equipe inadequada para o planejamento da contratação; 2. Ausência de estudos preliminares; 3. Estimativa de preços inadequada. Consequência:		
	 Pode resultar na falta de exigências imprescindíveis para a consecução do contrato. Deixar de cumprir a legislação vigente, que configura uma infração as normas de planejamento das contratações públicas. Pode ocasionar licitações desertas ou também sobrepreço do bem ou serviço a ser adquirido. 		

. //: 1 D:	Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta			
Análise do Risco:	Impacto: (x) Baixo () Médio () Alto			
Estratégia:	(x) Mitigar () Evitar () Transferir () Aceitar			
	Ação Preventiva	Responsável		
Tratamento:	 Escolher servidores/equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento; Capacitar os servidores escolhidos para o planejamento; Solicitar propostas a empresas do ramo. 	SESEI / Comissão Permanente de Apoio à Gestão de Contratações (COPAC)		
	Ação de Contingência	Responsável		
	1. Substituir servidor/membro da equipe de planejamento que não esteja tendo rendimento; 2. Designar servidores/membros com mais experiência em contratações; 3. Solicitar novas cotações, caso não sejam aceitas.	COPAC		
Unidades Afetadas:	SESEI e COPAC			
Monitoramento:	Data de Início: 14/10/2022	Data Fim: Fim do contrato		
RISCO 2				
Descrição do Risco:	Fiscalização e gestão contratual ineficiente			
	Causa:			
	 1- Falta de qualificação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato; 2 – Inobservância de normas sobre o tema; 			

1/12/2022 10.09	SEI/TRE-MA - 1/39230 - Informação	
	3 – Falhas operacionais.	
	Consequência:	
	1. Deixar de executar fielmente as cláusulas contratuais, resultando em algum tipo de prejuízo para as partes;	
	2. Fugir à normatização vigente, ocasionando insegurança jurídica no cumprimento das demandas contratuais;	
	3. Surgimento de desgastes desnecessários entre Contratante e Contratado; Retrabalhos; Perda de tempo; Prejuízos diversos às partes inclusive aos cofres públicos; responsabilização do TRE-MA por débitos previdenciários e trabalhistas.	
Análise do Risco:	Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta	
	Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Estratégia:	(x) Mitigar () Evitar () Transferir () Aceitar	

SEI/TRE-MA - 1739250 - Informação		
Ação Preventiva	Responsável	
1. Indicação formal do Fiscal e Gestor do Contrato: Gestão da contratação pela SEGEC e Fiscalização dos serviços por servidor da SESEI que possua conhecimento dos serviços a serem realizados; 2. Inclusão no Termo de Referência das rotinas de fiscalização que deverão ser adotadas pelo fiscal e gestor nomeados para acompanhamento da contratação; 2. Capacitar e manter atualizados os servidores escolhidos para a gestão e fiscalização do contrato; 3. Manter vigilância permanente, cautela e atenção à normatização vigente quanto às demandas e os respectivos Atos Administrativos; 5. Inclusão de cláusulas no Termo de Referência com a finalidade de afastar o risco trabalhista e previdenciário, tais como a previsão de pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações pela Contratada; exigência de indicação formal do preposto para receber os comandos relativos à execução dos serviços, de modo a evitar a subordinação direta do pessoal terceirizado aos servidores da Administração contratante, dentre outras.	SESEI / Comissão Permanente de Apoio à Gestão de Contratações (COPAC)	
Ação de Contingência	Responsável	
1. Substituir servidor/membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato que não esteja tendo rendimento; 2. Designar servidores/membros com mais experiência em contratações; 3. Solicitar auxílio de setores mais especializados da Organização para a resolução dos possíveis problemas originados.	SESEI / COPAC	
SESEI e COPAC		
Data de Início: 14/10/2022	Data Fim: 25/04/2023	
	Ação Preventiva 1. Indicação formal do Fiscal e Gestor do Contrato: Gestão da contratação pela SEGEC e Fiscalização dos serviços por servidor da SESEI que possua conhecimento dos serviços a serem realizados; 2. Inclusão no Termo de Referência das rotinas de fiscalização que deverão ser adotadas pelo fiscal e gestor nomeados para acompanhamento da contratação; 2. Capacitar e manter atualizados os servidores escolhidos para a gestão e fiscalização do contrato; 3. Manter vigilância permanente, cautela e atenção à normatização vigente quanto às demandas e os respectivos Atos Administrativos; 5. Inclusão de cláusulas no Termo de Referência com a finalidade de afastar o risco trabalhista e previdenciário, tais como a previsão de pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações pela Contratada; exigência de indicação formal do preposto para receber os comandos relativos à execução dos serviços, de modo a evitar a subordinação direta do pessoal terceirizado aos servidores da Administração contratante, dentre outras. Ação de Contingência 1. Substituir servidor/membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato que não esteja tendo rendimento; 2. Designar servidores/membros com mais experiência em contratações; 3. Solicitar auxílio de setores mais especializados da Organização para a resolução dos possíveis problemas originados. SESEI e COPAC	



Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO NONATO CARDOSO, Técnico Judiciário, em 25/10/2022, às 18:37, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar informando o código verificador 1739250 e o código CRC 62D40CC2.

0012424-08.2022.6.27.8000 1739250v3